

[126]

Desvendando os sistemas produtivos locais

25-02-02

[Proximidade e interdependência de empresas são mais competitividade a seu território]

[A valorização do patrimônio é um meio de criar recursos específicos]

Os chamados “sistemas produtivos locais” (SPL) estiveram no centro dos debates da Conferência Internacional sobre Desenvolvimento Territorial, organizada pela OCDE às vésperas dos Fóruns de Porto Alegre e de Davos/NY. A coincidência cronológica talvez explique porque tão importante evento foi inteiramente ignorado pela mídia brasileira. Por isso, este artigo procura informar os leitores do **Estado**, sem qualquer pretensão de “tapar o buraco”.

Um SPL pode ser definido como um conjunto de unidades produtivas tecnicamente interdependentes, economicamente organizadas, e territorialmente aglomeradas. Ou como uma rede de empresas de uma mesma atividade/especialidade que cooperam em determinado território. Ou ainda, como agrupamentos geográficos de empresas ligadas pelas mesmas atividades. A principal vantagem dos SPL para o desenvolvimento é que esse tipo de relações de proximidade e de interdependência entre as empresas costuma ter um efeito extremamente favorável para a competitividade dos territórios, isto é, de aglomerações e microrregiões.

Os SPL correspondem a um fenômeno analisado de forma pioneira no final do século 19 por um dos principais teóricos da economia moderna: Alfred Marshall. Em várias localidades da Grã Bretanha havia se consolidado um tipo de estrutura produtiva formada por empresas de pequeno ou médio porte que, mesmo sendo concorrentes, também se ajudavam ao atrair fornecedores, formar um mercado de trabalho especializado, respeitar e divulgar um mesmo padrão de qualidade, e até cooperar em certos esforços de inovação e formação. Marshall disse que nessas localidades percebia-se uma “atmosfera” contrária à concentração empresarial resultante das chamadas economias de escala. E chamou essas peculiares estruturas produtivas locais de “distritos industriais”, pois o *district* era (e continua a ser) uma unidade básica da divisão territorial do Reino Unido.

Embora a contribuição teórica de Marshall tenha tido enorme influência durante todo o século 20, foi só por volta dos anos 1980 que pesquisadores da economia industrial e da geografia econômica se deram conta da importância de suas conjeturas sobre a peculiaridade dos tais “distritos industriais”. Principalmente os pesquisadores que se debruçaram sobre o fenômeno que veio a ser chamado de “Terceira Itália”: o extraordinário e surpreendente dinamismo de certas microrregiões italianas, justamente a partir dos anos 1970, quando quase toda a economia mundial entrava em retração.

Análises realizadas por um grande número de cientistas sociais italianos renovaram o debate internacional sobre o desenvolvimento regional, o que também foi muito favorecido pelas pesquisas anglo-saxônicas a respeito dos “clusters”, popularizadas pela obra de Michael Porter. E foi dessa vasta discussão sobre as similares virtudes dos “distritos” e dos “clusters” que emergiu a noção de SPL.

Todavia, se a principal vantagem dos SPL para o desenvolvimento é que esse tipo de relações de proximidade e de interdependência entre as empresas costuma ter um efeito extremamente favorável para a competitividade dos territórios, também é verdade que a competitividade de uma aglomeração ou de uma microrregião pode ser facilmente comprometida pela degradação ambiental. E para as microrregiões que não

abrigam aglomerações, a qualidade ambiental pode se tornar o principal trunfo do desenvolvimento. Nesses casos, é bem freqüente que a melhor ferramenta de desenvolvimento local passe a ser o patrimônio natural, que também costuma estar ligado a alguma forma de patrimônio histórico-cultural.

Durante muito tempo o patrimônio foi visto pelos governantes apenas como um item orçamentário de custeio. Isto é, de despesas como um consumo improdutivo, quase sempre exigidas por razões patrióticas, educacionais, memoriais, ou estéticas. Por isso, a proteção, salvaguarda e conservação desses patrimônios era obrigação exclusiva dos Estados centrais. As autoridades locais eram, ao contrário, acusadas de cumplicidade na destruição de paisagens, remanescentes de arquitetura antiga, lugares simbólicos, monumentos, etc. Todavia, já se pode dizer que nos países mais desenvolvidos essa visão foi virada do avesso. Hoje o patrimônio é cada vez mais entendido como uma oportunidade de consumo produtivo, fazendo com que muitas comunidades se transformem em entusiásticas protagonistas de sua valorização.

O patrimônio está longe de se resumir a elementos físicos, como as paisagens, obras artísticas, ou sítios arqueológicos. Ele também envolve bens imateriais, como as tradições locais, saberes artesanais e culinários, ou a própria imagem do território. É o conjunto desses recursos patrimoniais que dá suporte a várias atividades econômicas. Só que é um equívoco pensar que a exploração econômica desse trunfo patrimonial está restrita às atividades turísticas. Ele também exerce forte influência sobre os comportamentos residenciais de famílias de classe média, fator que pode viabilizar projetos de desenvolvimento local. E, sobretudo, é o patrimônio que permite a diferenciação, um fator crucial no processo de competição entre os territórios na luta pela atração de investimentos. Fica cada vez mais evidente que as microrregiões devem oferecer recursos específicos às pessoas e às empresas, e não recursos genéricos ou banalizados que as obrigam a entrar numa concorrência baseada exclusivamente em custos.

A valorização do patrimônio é um meio de criar recursos específicos com o envolvimento dos atores locais. Isso permite a construção de uma imagem de marca identitária do território, da mesma forma que uma empresa elabora cuidadosamente um símbolo que a ajude a fidelizar uma clientela, ou conquistar um novo segmento de mercado. Por isso, a valorização do patrimônio natural e histórico-cultural é muito mais um processo de construção do que uma herança. É fundamental que o maior número de atores se engajem nessa valorização. Não somente as pessoas, mas sobretudo as empresas, que devem ser incentivadas a investir no plano simbólico como forma de ancorá-las ao território.